

Tabela: Legislação de orientação para manejo de Resíduos Sólidos

NÍVEL	DISPOSITIVO LEGAL	TEOR
FEDERAL	RESOLUÇÃO CONAMA 237/1997	Dispõe sobre licenciamento ambiental; competência da União, Estados e Municípios; listagem de atividades sujeitas ao licenciamento; Estudos Ambientais, Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental.
FEDERAL	POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS 12.305/2010	Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências.
FEDERAL	RESOLUÇÃO CONAMA 358/2005	Dispõe sobre o tratamento e a disposição final dos resíduos dos serviços de saúde e dá outras providências.
FEDERAL	RDC ANVISA 306/2004	Dispõe sobre o Regulamento Técnico para o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde.
FEDERAL	RDC ANVISA 222/2018	Regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde e dá outras providências.
MUNICIPAL	DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO, nº 1.712 – 26 DE JANEIRO DE 2015	Termo de referência para elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos de serviços de saúde (PGRSS) dos estabelecimentos no âmbito de Teresina – Piauí.
MUNICIPAL	DECRETO MUNICIPAL 9.432	Regulamenta o parágrafo único do art. 5º da Lei Complementar nº 3.610, de 11 de janeiro de 2007 (Código Municipal de Posturas), para disciplinar o gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, no âmbito do Município de Teresina, e dá outras providências.